

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MIRANDA DO DOURO

ACTA N.º 5/2000

Sessão de 29 de Dezembro de 2000

No dia supra, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- **Período de antes da ordem do dia;**
- 2- **Aprovação da Acta da Sessão de 29 de Setembro de 2000;**
- 3- **Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2001; e**
- 4- **Apreciação da Informação prestado pelo Sr. Presidente do Executivo.**

Dada a ausência do Secretário Sr. Arnaldo Firmino secretariou a presente sessão a Ex.ma deputada Helena Barril. Feita a chamada, verificaram-se também as ausências dos Srs. Deputados: Luís de Castro, e José F.C.Martins.

Lida que foi a correspondência recebida por este Órgão, entrou-se de imediato no

PONTO 1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sobre o qual usaram da palavra:

Amável Falcão – para alertar sobre os frequentes cortes de energia eléctrica que se verifica na generalidade do concelho bem como da necessidade premente de mais pontos de luz pelas freguesias, da falta de planos de urbanização e loteamentos com que também as freguesias se debatem e apelou ao executivo para diligenciar o fim das muitas pequenas ligeiras que se encontram espalhadas por todo o concelho; acabou solicitando À Câmara que lhe seja cedida a escola primária da Póvoa para o funcionamento de uma escola de gaiteiros, de muito interesse para todo o concelho.

Aníbal Garcia – Para apenas alertar também para os frequentes rebentamentos das condutas de água que abastecem Sendim, bem como solicitar a limpeza das valetas entre Picote e Vila Chã e a regularização do pizo da estrada junto ao Barrocal do Douro.

Belmiro Gonçalves – que propôs a realização de um encontro de mirandeses subordinado ao tema “Pensar Repensar Miranda” onde poderiam ser incorporadas jornadas de música tradicional mirandesa, gaitas de foles... Referiu-se seguidamente a um recente artigo que lera, muito perjuro para Miranda mas que, passados poucos dias lhe dera a respectiva resposta. Perguntou seguidamente ao executivo o que estava previsto para Miranda no PIDAC de 2001, bem como a situação litigiosa que continua pendente relativamente à adjudicação da estrada entre Duas Igrejas e São Pedro da Silva. Concluiu com a apresentação de duas moções (que se arquivam anexamente à presente acta), uma sobre a Brigada Fiscal que se prevê ser reduzida e passar-se para Vila Real e outra sobre as antenas de telecomunicações que se encontram implantadas na Zona dos Adis e em Duas Igrejas – (votadas ao longo da sessão).

Francisco Rodrigues que também se referiu à necessidade do fecho definitivo da lixeira e aos frequentes depósitos de lixos pelas portas, bem como ao incorrecto estacionamento de veículos que se verifica frente ao “mini preço”. Solicitou uma chamada de atenção oficial à EDP pelo fraco serviço que está a prestar às populações.

Artur Nunes – Para alertar que, Miranda do Douro, tomando em conta as duas barragens que possui, consta em 7º lugar no ranking dos concelhos e no tocante a rendimento per capita e, sem as barragens, aparece em último lugar e que, nunca Miranda do Douro soube tirar proveito desse facto. Ainda por cima, referiu, a EDP, única beneficiária com tal situação, quer na própria Miranda, quer em Picote, vende os seus terrenos ou o seu património, a um preço super exagerado. Concluiu lamentando o aumento de distância que se está a verificar entre Miranda (poder local) e o poder central, distância não física mas a nível de relações, dando a entender que, Miranda, está à espera que o poder central lhe faça tudo, incluindo acções que é ao poder local que competem. Perguntou, por fim, ao executivo, o que está a ser feito para captar investimentos para Miranda.

Carlos Ferreira – para referir a morbidez das assembleias municipais e realçar que a lingua mirandesa está a ser muito divulgada na generalidade dos media e que, não devemos preocupar-nos muito com um ou outro artigo perjurativo que apareça, o que significa que tem valor e chega mesmo a incomodar alguns. Realçou também ele que, efectivamente, a EDP, roubou tudo a Miranda, roubou-lhe o rio, roubou-lhe a energia, as pessoas, os empregos, só não roubando as casas e terrenos que possui em Miranda ou Picote mas que, mesmo assim, pretendem devolvê-las a Miranda mas a um preço altíssimo. “É chegado o momento de nos unirmos e fazermos algo por esta causa” rematou.

Antero Besteiro – que louvou a freguesia de Constantim pelo renascer dos carochos, lamentou o frequente corte de azinheiras para lenha, e perguntou para quando um despacho do próprio parque, após visita ao local, a deferir ou indeferir rapidamente o corte de árvores dentro do parque igual ao praticado em Montesinho. Pediu diligencias para a iluminação pública das aldeias iniciar mais cedo e acabar mais tarde. Igualmente solicitou diligencias tendentes à colocação de raids de protecção em muitos sítios necessários, principalmente junto a algumas lagoas e curvas perigosos e rematou lamentando o pouco civismo manifesto e a pouca fiscalização no tocante a estacionamento da cidade que se pratica em lombas, curvas e frente a alguns estabelecimentos comerciais sem que para tal haja lugar.

Francisco Marcos – Para explicar que a EDP é composta por diversas empresas e que apenas uma dessas, a da distribuição, é que está a prestar um mau serviço à comunidade

O Sr. Presidente da Câmara fez a sua primeira intervenção para responder àquilo que entendeu por útil e necessário esclarecer sendo de realçar ou destacar o facto de que a EDP não funciona, diligencias tomadas já para a extinção das lixeiras e a criação da referida escola de música; as valetas irão a curto prazo ser limpas e de que o PIDAC, para o ano 2001 prevê, para Miranda do Douro 21.03 contos para o GTL, 100.000 para a Biblioteca pública, 50.000 para o museu, 90.000 para o Centro de saúde outras pequenas quantias para o Gimno Desportivo, GNR, Parque e escolas. Informou que também este executivo já autorizara a colocação de mais uma antena de telecomunicações e sobre o bairro da EDP referiu haver já um plano urbanístico.

Fortunato Preto que referiu mais uma vez aquilo sobre que vem alertando há quatro anos (a falta de pontos de luz na sua freguesia) ao que informou que teve já de recorrer à Entidade Reguladora do Sector Eléctrico em Lisboa no sentido de obter ou saber como poder obter esses pontos de luz mas que, ao que a referida entidade lhe comunicou, o Sr. Presidente da Câmara de Miranda lhes comunicara que è a

Câmara que decide onde e quando deve colocar as luzes e que, esta, não autorizava os referidos pontos de luz para São Martinho.

O Sr. Vereador Carção procurou esclarecer o assunto e o litígio que subsiste entre a Câmara Municipal e o empreiteiro a quem possivelmente competiria a adjudicação da estrada entre Duas Igrejas e S. Pedro da Silva.

Foi seguidamente votada a moção sobre a Brigada Fiscal de Bragança que obteve 15 votos a favor, dois contra do Sr. Presidente da Assembleia e do dep. Sr. Alberto Raposo e abstenções dos Srs. deputados: Amável, Francisco Marcos, José F.C.Martins, Orlando Vaqueiro, Mário Seixas, Besteiro, Manuel Gonçalves e Fortunato.

Quanto à moção sobre as antenas de telecomunicações houve desejo de se pronunciarem alguns Srs, deputados pelo que usaram da palavra;

Francisco Marcos para referir que, muita mais perigosidade que as referidas antenas, oferece o transporte da energia de alta tensão e que nunca ninguém se manifestara contra tal. Fortunato Preto para referir que, se eventualmente há algum perigo de radioactividade, aquando da sua colocação, tal problema nem foi levantado nem estava provada a emissão de radiações radioactivas pelas referidas antenas pelo que, estar agora, na presente moção a insinuar que a culpa da colocação foi do anterior executivo, é, no mínimo, inconsciente, até porque, ao que se acaba agora de saber, também o actual executivo, acaba de autorizar a colocação de mais uma.. **Emídio Lopes** que se manifestou a favor da moção se lhe fosse retirada a alusão ao executivo anterior. Carlos ferreira para referir poucas possibilidades de agora essas antenas serem retiradas pelo que, talvez fosse melhor diligenciar no sentido de as mesmas serem mais enquadráveis na paisagem, modificadas fisicamente resumiu; manifestou-se a favor da moção mas que lhe deveria ser retirada a “politiquice” nela manifesta.

Belmiro Gonçalves, proponente, iniciou manifestando-se ou predispondo-se a retirar a alusão ao executivo anterior mas acabou por manter a moção tal como fora presente pelo que:

Posta à votação obteve 13 votos a favor; 6 votos contra dos deputados Alb. Igreja, Manuel Gonçalves, Amável, Emídio e Fortunato e 6 abstenções de: F. Subtil, Artur Nunes, Carlos, Besteiro e Aníbal Garcia.

Passou-se de imediato ao **PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29 DE SETEMBRO DE 2000 (4/2000)**

Usaram da palavra sobre este assunto:

José Agostinho Afonso para referir que na página 6 e nas linhas 11 e 12, não está registado aquilo que ele pretendeu dizer ou disse pelo que optou por apresentar um escrito sobre este assunto que fez questão de que fique a fazer parte desta acta pelo que se anexa e arquiva sob o título: “*Esclarecimento sobre a não participação do Agrupamento de Produtores da Carne Mirandesa na Semana das Festas de Miranda do Douro*”.

Antero Besteiro para solicitar mais precisão na alusão a temas, pelo que, quando se refere ponto 1 p. ex. dever-se-á dizer a que respeita esse ponto 1.

Amável Falcão pediu uma correcção na linha 5 da 1ª página (ponto 1) da sua intervenção. Igualmente foi solicitado que, na páina 4 deverá ficar especificado que os votos contra dos deputados Amável e Emídio Lopes, são contra “em virtude de

já não haver transvases”. Posta à votação apenas obteve duas abstenções dos dep. Sr. Fortunato e Fátima Rodrigues porque, ao que parece, não estiveram presentes à sessão.

PONTO 3 –APROVAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2001:

Começou o Sr. **Presidente da Câmara** por ler a explicação previamente elaborada e distribuída a toda a Assembleia. Usaram da palavra seguidamente:

Francisco Fernandes para referir achar o Plano e Orçamento muito pobres no tocante a Constantim e perguntar o que está previsto fazer-se concretamente com a estrada ou caminho de Constantim ao Naso e rematar perguntando como é no que toca a mais pontos de luz para a freguesia que representa.

Emídio Lopes que teceu algumas considerações sendo de realçar que: fica patente que as despesas com o pessoal representam já 71% do Fundo de Coesão. Há um escrituração de 274.000 contos de receita fictícia, prevê-se um aumento de 100% na cobrança da Sisa e nas multas, o que prova que também haverá com certeza outras receitas fictícias. Prevê-se já um empréstimo de 300.000 contos que, apesar de aperecerem como “empréstimos a contrair” estão já distribuídos pelas diversas rubricas de despesa o que deve ser ilegal. Igualmente nas despesas é de realçar que, por exemplo as despesas com o pessoal, passam de 944.000 contos no início do mandato para 1.411.000 contos em 2001. Para terminar, referiu, as despesas de capital, para 2001 sobem 700.000 contos coisa que, a Câmara não teria nunca capacidade de execução para tal. – Quanto ao plano de actividades referiu igualmente a estranheza que, num orçamento tão grande e onde se apregoa tanto o turismo, este capítulo apareça com apenas 3000 contos previstos, enquanto o novo matadouro apareça com 7.500 contos. Realçou a pouca equidade entre a distribuição dos investimentos pelas freguesias e rematou dizendo que, com o previsto 1 milhão de contos a mais que nos anos anteriores, não se vêem obras que o justifiquem.

Francisco A Rodrigues para referir que não se trata de um Plano e Orçamento folclóricos mas sim de coisas exequíveis numa margem de 80%, que não há discrepância entre freguesias, pelo que são instrumentos de aprovar.

Amável Falcão para apenas manifestar desejo de que o que consta no Plano venha a ser executado mas que dificilmente tal poderá acontecer.

Fortunato Preto para dizer, ao contrário do anterior deputado Sr. Francisco Rodrigues, haver uma discrepância enorme entre os previstos investimentos nas freguesias fundamentando que: Após fazer contas, apurou que, para Sendim por exemplo, em 2001 estão previstos investimentos que custam ou totalizam 1000 contos por eleitor enquanto que, para São Martinho, em 2001, apenas estão previstos investimentos que, para os pagar, bastarão 19 contos por eleitor. Perguntou se isto não é discrepância e perguntou seguidamente ao Sr. Presidente da Câmaras se ele era natural de São Martinho ou natural inimigo de São Martinho.

Carlos Ferreira para apenas referir que se trata de um Orçamento eleitoralista e impossível de cumprir a não ser que saia a lotaria.

José A Igreja para realçar que, embora na sua freguesia o Centro cultural esteja a andar bem, já quanto ao resto (arruamentos e electrificações), há muito a fazer e nada previsto neste Plano e Orçamento.

Alberto Garcia para referir que, para a freguesia que representa (picote), apenas vê neste Plano e Orçamento, duas acções contempladas mas que, ainda assim votará a favor uma vez que tais instrumentos são necessários.

Francisco Marcos para referir que, também para a sua aldeia e Fonte De Aldeia, nada vê de significativo dados os milhões de contos de que se fala e para também referir que quase diariamente vê pela sua terra passarem os trabalhadores da Câmara mas que nunca nela param e concluir que, anualmente vê em todos os Planos e Orçamentos alusões a electrificações na sua freguesia mas que, pelo menos na vigência deste Executivo, nunca nessa área foi feito fosse o que fosse.

Orlando Teixeira referiu tratar-se de dois instrumentos necessários e estes em discussão muito ambiciosos mas exequíveis. Classificou este executivo como o executivos dos saneamentos mas que também soube apostar na cultura, no desporto no lazer e em demais áreas, louvou o executivo.

Belmiro Gonçalves que referiu que este Orçamento terá de ser analisado à luz dos 4 anos passados e que, este, mais não é que um conjunto de obras a pagar. Disse ser um instrumento económico, político e jurídico e que, como tal, terá de abarcar as três vertentes mas, defendeu, um orçamento deveria apenas abarcar as novas obras e não as novas e as velhas. Defendeu no essencial o mesmo ideal do executivo e realçou que o milhão e dez mil contos previstos de investimento manifestam a preocupação nesta área. Deu os parabéns ao Executivo pela objectividade e pelas transferências para as Juntas de freguesia que, disse deveriam ser maiores.

Fern. Subtil para referir que neste Orçamento e Plano se vê a preocupação que houve em abranger todas as freguesias mas que, na prática, muitas delas pouco ou nada verão de palpável uma vez que as receitas estão altamente inflacionadas mesmo já sem recorrer a empréstimos quanto mais tendo ainda em conta o previsto empréstimo de 300 mil contos. Perguntou da legalidade deste empréstimo uma vez que ainda não foi aprovado e está já afecto pelas diversas rubricas de despesa. Realçou que as despesas com o pessoal representam já 71% dos Fundos de Coesão que chegam a esta Câmara. Quanto ao Plano pediu informações sobre o Aterro Sanitário. Referiu seguidamente que o previsto aumento de 5000 contos a transferir para as freguesias, se tivermos em conta os 145.000 de aumento que a Câmara teve no Fundo de Coesão, nada ou pouco significam e muito menos será motivo para as freguesias se mostrarem contentes ou alguém louvar até o Executivo.

Artur Nunes que referiu tratar-se de um Orçamento tipicamente despesista e empolado, onde nitidamente se vê ter-se partido duma desejável despesa e só depois procurar arranjar receita para essa despesa. Cria assim muitas expectativas que certamente sairão frustradas. Trata apenas uma gestão corrente e não uma planificação de futuro e esta a razão de apenas aumentar as despesas corrente. Os sistemáticos três empréstimos (de valor apreciável) para os três passados anos, provam uma gestão de "apenas para andar". A preocupação com os saneamentos nas pequenas localidades poderá não ser a melhor aposta tendo em conta a idade e quantidade das populações. A nível da cultura e educação não se viram nem vislumbram acções de desenvolvimento pelo menos da responsabilidade da Câmara. O turismo e a captação de investimentos privados têm sido e continuam a ser extremamente esquecidos. Perguntou ao executivo a que fundos comunitários esta Câmara se candidatou a para que obras. Quanto ao Plano, referiu que nada de nada se vê planificado por exemplo na área da cultura, da saúde, da educação, na segurança pública, na energia, fiscalização sanitária, transportes, estacionamento...

este Plano não reflecte uma perspectiva para o futuro mas tão só receitas e despesas correntes, para ir andando, disse.

Manuel Gonçalves para referir que Palaçoulo continua no esquecimento dos Orçamentos e dos Planos, chegando ao cúmulo de até ser prejudicada nos cálculos das transferências de capital para as freguesias onde ainda esta freguesia consta com 700 eleitores quando já tem 800 e outras constarem com eleitores a mais.

O Sr. **Presidente da Câmara** para referir que o Orçamento do ano passado foi classificado de “não arrojado” e este do presente ano já é despesista. Referiu que o GTL não tem Orçamento próprio, que “as pessoas do rendimento mínimo contribuem para aumentar a despesa corrente”; “se há desenvolvimento as despesas têm de crescer”. Referiu que em Miranda nunca se tinham visto tantas guas e tantas obras como agora. Quanto aos empréstimos disse que uma vez que querem fazer obra, terá de haver o dinheiro e como este não existe se tem de recorrer a empréstimos uma vez que sem ovos não se fazem omeletes. Referiu que o previsto aumento de um milhão de contos relativamente ao ano anterior tem a ver com o III Quadro Comunitário de Apoio que agora está a iniciar e que a Câmara tem de estar preparada para tudo e daí a razão da abertura de todas as rubricas ainda que com pouco dinheiro cada. Reconheceu atrasos nas obras do Centro Cultural de Malhadas mas que, na generalidade, sabe para onde vamos e como.

Entrou-se seguidamente na segunda volta de intervenções intervindo:

Emídio Lopes para apenas referir que os números por ele apresentados na primeira volta, são tirados dos documentos em análise e não manipulados, inventados ou empolados mas sim reais.

Francisco Rodrigues para referir que, para ter obras temos de ter Orçamento e que, a exemplo do que sempre fizera embora sem nada ter alcançado em executivos anteriores, também este ano votará favoravelmente, até porque, referiu, não há marginalização de nenhuma freguesia.

Amável Falcão para referir que, quando umas freguesias neste Órgão se põe contra outras, mau sinal e que, pior sinal ainda, quando o Executivo Municipal se aproveita desses desentendimentos e que este local não é para lavar roupa suja.

Fortunato Preto para lamentar que o presidente da Câmara, acerca da sua pessoa e da sua freguesia, tenha referido a alguém que “para esse gajo e para S. Martinho, não vai nada”.

Manuel Gonçalves para de novo se lamentar da forma de apuramento das verbas a transferir para as freguesias.

Fernando Subtil para realçar que, nos termos do n.º 2 do Art.º 21º do Dec. Lei 341/83, de 21/07, apenas os empréstimos contratados servirão de contrapartida às respectivas rubricas orçamentais, o que não verifica neste Orçamento uma vez que o previsto empréstimo de 300 mil contos, ainda não contratado, está já distribuído pelas diversas rubricas, o que é ilegal.

Ouve ainda algumas intervenções, pequenas e sem interesse.

Postos tais documentos à votação, registaram-se os votos contra dos S.rs deputados: Besteiro, F. Subtil, Artur Nunes, Orl. Vaqueiro e Em. Lopes (5) que justificaram com declaração escrita e que se arquiva, abstenções dos S.rs Fortunato, Carlos ferreira e Manuel Gonçalves (3), e os restantes 21 votos a favor.

Foi também e de seguida aprovado em minuta e com os mesmos resultados.

Passou-se assim ao **PONTO 4 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO PRESTADA PELO Sr. PRESIDENTE DA CÂMARA**

Sobre o que se pronunciaram:

Carlos Ferreira para perguntar para quando o fim da ETAR de Sendim;

Aníbal Garcia para se congratular com o ponto 25 (colocação de cubos no largo do lar e junto à Associação “Frauga”).

Belmiro Gonçalves para referir que, da informação se denota a preocupação deste executivo na área dos saneamentos.

Besteiro para, essencialmente, apontar algumas necessidades prementes: falta de limpeza e saibro no Largo da Sé, no vale do Vilarinho, peneus a arder frequentemente, necessidade urgente de intervenção na capela da Santíssima Trindade em Constantim onde chove copiosamente e acabar aludindo ao ponto 24 (sinais de trânsito) que criticou porque são demasiado encandeantes sob a incidência dos faróis automóveis.

Francisco Rodrigues para se congratular com o ponto 6 (saneamentos em Génisio) e solicitar ao Executivo que, das próximas informações e de uma vez por todas conste a resolução total de falta de pontos de luz em todas as freguesias.

Rematou o Sr. **Presidente da Câmara** com breves alusões às anteriores solicitações.

Posto isso, foram encerrados os trabalhos do que se lavrou a presente acta que vai assinada pela mesa e futuramente submetida a aprovação neste mesmo Órgão.

O presidente da mesa: _____

Os secretários: _____

Helena Maria de Silva Justina Bani